

O BRASIL NA HISTORIOGRAFIA PORTUGUESA OITOCENTISTA

Sérgio Campos Matos

Para além da retórica política da irmandade de Portugueses e Brasileiros é hoje um dado adquirido a extrema complexidade das relações Portugal/Brasil. No final do século XIX, Sampaio Bruno, num controverso livro intitulado *O Brasil mental* (1898) afirmava: “se o Brasil mal aprecia Portugal, Portugal, em certa maneira, completamente ignora o Brasil.”¹ As ideias gerais, indiferenciadamente aplicadas a sociedades muito diversas quer do ponto de vista cultural, quer étnico ou religioso comportam sempre um risco de simplismo. Seja como for, haverá algo de verdade nesta asserção de Bruno, se pensarmos no modo como certos sectores sociais da grande nação brasileira se relacionaram com Portugal. Já no que respeita à suposta ignorância do Brasil entre os Portugueses, talvez fosse mais pertinente remeter para o plano do mito, de uma imagem desfocada da realidade brasileira – em larga medida alimentada pelo tipo do emigrante, o “brasileiro” de torna viagem.

Recentemente, a problemática voltou a ser revisitada, invertendo-se agora o enfoque: Eduardo Lourenço alude à “rasura” da existência de Portugal no Brasil e à invenção pelos Portugueses de uma mítica comunidade luso-brasileira.² Poderíamos acrescentar que durante muito tempo, o Brasil anterior ao achamento de 1500 não existiu para Portugal. Em 1900, aquando do IV Centenário da chegada de Pedro Álvares Cabral a Vera Cruz, ainda assim sucedia.³ Só o desenvolvimento das ciências sociais (antropologia, sociologia, história, psicologia), a partir dos

primeiros decênios do século XX, viria alterar profundamente um olhar etnocêntrico e eurocêntrico, comandado pela teoria evolucionista das raças superiores e das raças inferiores, que marca ainda o olhar de autores como Sylvio Romero, Nina Rodrigues ou Euclides da Cunha ou Oliveira Martins.

Actualmente, em Portugal, até mesmo entre os historiadores é frequente o desconhecimento da história do Brasil contemporâneo. E, inversamente, o mesmo se poderá dizer em relação ao que se sabe do Portugal dos séculos XIX e XX do outro lado do Atlântico. Mas há que reconhecer que, nos últimos anos, um esforço significativo tem sido feito no sentido de modificar num sentido positivo esta situação.

O olhar de um povo sobre outro é, em larga medida, uma construção da ordem do imaginário colectivo. Produto de um processo de generalização e caricatura, assim se desenvolvem estereótipos acerca do carácter nacional – caso da tipificação do português pelos Brasileiros e do brasileiro pelos Portugueses. Não se esqueça, todavia, que tais olhares cruzados se enraízam nas relações concretas que se foram estabelecendo ao longo dos tempos entre nacionalidades tão próximas.

A realidade social e étnica, em diversas áreas do Brasil, desde o período da independência, não era de todo isenta de conflituosidade. Na verdade, além dos problemas sociais e da questão étnica, insinuava-se a questão nacional – a manutenção de uma unidade política dotada de identidade própria, na continuidade da administração colonial portuguesa. No Rio de Janeiro, durante o reinado de D. Pedro I, os Portugueses eram, não raro, vistos como uma ameaça à nacionalidade em via de construção.⁴ O facto de deterem posições de destaque em sectores económicos fundamentais (caso do comércio a retalho, do abastecimento de carnes, etc.) contribuía para acentuar os conflitos.

Mas não só no Rio. Já em Pernambuco, em 1844, se pedira num requerimento dirigido ao governo imperial a expulsão dos artífices estrangeiros e a simples proibição de alguns produtos industriais estrangeiros.⁵ E, em meados de 1848, ocorreram graves desacatos que levaram ao assassinio de vários portugueses ali instalados. A pretexto das celebrações da independência, um grupo de capoeiras terão acometido violentamente contra as casas comerciais pertencentes aos Portugueses, arrombando portas e insultando os seus proprietários. Tudo teria começado a 26 de Junho com uma rixa entre um estudante liceal e um português, dono de um armazém de carne seca.⁶ Da agudização do conflito resultou uma petição dirigida à Assembleia Legislativa Provincial em que se aludia ao “predomínio feroz” dos

estrangeiros “em sua conquista bárbara.” E para justificar o pedido de que se fizessem embarcar de volta a Portugal os Portugueses solteiros “visto serem inimigos implacáveis do Brasil,” argumentava-se: “[o estrangeiro] não satisfeito em haver transportado para a Europa todo o nosso ouro, ele invadiu o nosso comércio (...) e (...) trata de apropriar-se de todos os ramos da indústria do Brasil” e “atenta contra a vida dos filhos do Brasil.”⁷ Em Setembro desse ano de 1848, também em Pernambuco, publicaram-se manifestos reafirmando a independência do Brasil e considerando os estrangeiros “senhores do nosso comércio e das nossas riquezas” e incitando os populares a recorrerem ao “fuzil e à baioneta” como meio de resolverem a questão. Prometia-se às classes mais desfavorecidas a propriedade das lojas comerciais e tabernas que pertenciam aos Portugueses.⁸

Obviamente, os conflitos de 1848 tinham antecedentes em várias cidades do Brasil. Estender-se-iam, aliás, por todo o século.

Também a imprensa periódica dava expressão ao antilusitanismo mais instintivo. É o caso do *Argos Maranhense*, em 1851. Para além de acusações em que é bem evidente o teor racista, havia outras dimensões – porventura as mais marcantes – 1) a de que os Portugueses dominavam o comércio e eram mais protegidos do que os brasileiros no exercício dessa actividade; 2) a de que exerciam a tirania e uma política reaccionária.⁹

Multiplicavam-se os mais variados qualificativos anti-portugueses, decerto entre os lusófobos mais exaltados.¹⁰ Na opinião de Carvalho e Oliveira, um bacharel em Direito instalado no Maranhão, estes lugares comuns visavam a popularidade e o eleitoralismo fácil para os partidos brasileiros colherem dividendos políticos. Evocava-se assim a antiga dominação colonial portuguesa, responsabilizando-a pelo mal estar social que se vivia em diversas áreas do Brasil. Outros exemplos poderíamos invocar – caso da Guerra dos Chouriços (1852-53) que levou à temporária suspensão das relações diplomáticas entre os dois países e as reacções suscitadas em Pernambuco e em Goiana (será Goiás?) pela visão satírica de Eça de Queirós sobre os brasileiros, n’*As Farpas*, em 1872.¹¹ ou ainda vários casos de crimes perpetrados contra portugueses estabelecidos no Pará que teriam sido julgados parcialmente pelos tribunais locais.¹²

O sentimento lusófono terá constituído, desde a independência, um elemento relevante não apenas nos conflitos sociais em diversas cidades do Brasil mas também na formação do Estado e na própria estruturação da identidade nacional brasileira.¹³ De resto, há muito que os historiadores brasileiros sublinharam essa relevância: é o caso de João Armitage (no século XIX) ou de Tobias Monteiro.¹⁴ Este último esbateu totalmente o papel da colonização e da administração portuguesas, alimentando uma

imagem muito negativa da corte de D. João e referindo-se às lutas sociais entre portugueses e brasileiros.¹⁵ A identificação de Portugal com o atraso e com o Antigo Regime político, absolutista, é bem evidente na obra de João Armitage. Como o será nos livros escolares adoptados no Brasil durante largos decénios, no século XX.¹⁶

E o olhar das elites portuguesas sobre a realidade brasileira oitocentista? Trata-se de um estudo sistemático que, em larga medida, ainda está por fazer.¹⁷ Consideraremos apenas alguns momentos mais significativos, começando pelos tempos próximos da independência do Brasil.

É o caso de Almeida Garrett. Ainda inspirado por um democratismo que via com simpatia a nova experiência política dos EUA, entretece um olhar descentrado sobre a realidade americana dos anos 20 do século XIX – após a vaga independentista –, não esquecendo os crimes cometidos pelos europeus e chegando a considerar que as condições em que vivia a Europa pioraram com o domínio do Novo Mundo (“vícios, luxo e perdição”) e referindo-se aos parasitas europeus que iam devorar a “substância americana.”¹⁸ Este ponto de vista do autor de *Portugal na balança da Europa* não surpreende. Na verdade, alguns anos antes, na sua ode *O Brasil liberto* (1821), acusava Portugal de explorar as riquezas brasileiras e lamentava a violação da natureza do Novo Mundo pelos europeus. E, numa novela incompleta – *Komurahy*, porventura escrita entre 1828 e 1833 – viria a responsabilizar os portugueses pelo atraso económico do Brasil.¹⁹

Já Alexandre Herculano, pouco depois (1837), adoptava um discurso bem diverso. Sempre reconhecendo o direito de o Brasil se tornar independente, alimentava a retórica da irmandade e da fraternidade entre portugueses e brasileiros. As metáforas do organismo povoam o seu discurso, reconhecendo, por exemplo, que o esperançoso Brasil chegara à “idade viril”²⁰ ou que é “a nação infante que sorri,” em contraste com um Portugal, “velho aborrido e triste, que se volve dolorosamente no seu leito de decrepidez.”²¹ Mas para além desta retórica, muito comum na época, o autor da *História de Portugal* desenvolve um olhar crítico acerca dos emigrantes portugueses. Tem consciência que muitos deles são “danosos” ou “inúteis”, “devassos e preguiçosos” e até criminosos (“dois ou três danosos ou pelo menos inúteis,” em cada indivíduo “útil” que o Brasil acolhe)²² – daí a sua sugestão às companhias que contratavam emigrantes no sentido de serem mais exigentes no que respeitasse a “bons costumes” e capacidades de trabalho (nomeadamente na agricultura, actividade a que Herculano sempre atribuiu especial relevância); daí também as suas críticas ao sistema colonizador brasileiro. Ainda assim,

reconhece em Portugal o país que melhor podia servir o Brasil na sua colonização. E porquê? Por razões de ordem climática – as semelhanças entre o clima de Portugal e o da América do Sul (a seu ver maiores que as de qualquer outro país europeu) – e as afinidades de hábitos sociais, costumes e crenças entre portugueses e brasileiros. E – pasme-se – porque entre os europeus, o povo português era “o menos dado à embriaguez”²³ – facto que não poderia decerto aplicar-se à actual estatística europeia.

Não obstante este ponto de vista, Herculano estava bem ciente das consequências negativas para o seu país do imenso caudal emigratório que, sobretudo desde meados de Oitocentos, aumentou consideravelmente em direcção ao Brasil – daí a sua ideia da prioridade da colonização interna da metrópole, da valorização do trabalho e em particular da agricultura – no que, de resto, coincidia com o seu admirado Mouzinho da Silveira. O Brasil tinha que ser independente, estava inscrito na ordem da história, era inevitável que assim sucedesse. Mais, segundo o ministro da Fazenda de D. Pedro IV, a independência da grande nação sul-americana teria sido “um acontecimento ainda mais fértil em consequências” do que a sua “descoberta”, na medida em que o domínio da grande colónia estava associado a “um modo de estar fácil, mas precário.”²⁴

Não se pense, todavia, que todos os políticos e intelectuais portugueses pensavam assim. No Parlamento (então designado de Cortes) do primeiro regime liberal português houve quem, perante a independência do Brasil, sustentasse a necessidade do recurso a uma intervenção armada. Mas um grupo significativo de deputados, entre os quais se destacara Fernandes Tomás, opunha-se a essa estratégia, considerada impolítica, se mais razões não houvesse, dada a completa impossibilidade de dominar a imensa nação sul-americana pela força militar.²⁵

Ainda em meados do século XIX, num opúsculo anónimo intitulado *A utilidade dos Portugueses no Brasil por um brasileiro* (obviamente o autor é português ou luso-descendente), em que se fazia a apologia dos Portugueses contra as difamações de que eram alvo por parte de certos sectores da sociedade brasileira, chegava a considerar-se que, em 1822, o Brasil não estava “constituído” para se tornar independente e que necessitava de uma tutela mais longa por parte da antiga metrópole. E exclamava-se, negando a maioria política à grande nação: “Pobre menino! Julgou-se habilitado para preencher os onerosos deveres de que o encarregaram, mas a experiência das coisas mostrou-lhe o mais triste dos desenganos!”²⁶ O paternalismo, distanciado de qualquer visão histórica, chega a ser ingénuo.

Mais inconformado com a independência do Brasil, mostrar-se-ia, ainda no final do século, o historiador republicano José de Arriaga (irmão mais novo do primeiro Presidente da I República Portuguesa, em 1911). Entre outras considerações que poderão surpreender, tendo em conta a sua filiação no democratismo republicano, encontramos ideias do seguinte teor: 1) os brasileiros nunca foram tratados como colonos, mas sim “como iguais aos Portugueses.”²⁷ 2) a causa independentista teve um cariz político reaccionário, não nacional, tendo como objectivo afastar o Brasil da revolução liberal portuguesa, com o apoio da Grã-Bretanha²⁸. 3) nascida no seio de tendências retrógradas, anti-liberais, a causa da independência “era secundária, meio, e não fim.”²⁹

Para José de Arriaga, lídimo herdeiro do vintismo mais ressentido com a separação do Brasil, esta foi uma “injustiça”, atendendo ao facto de se ter dado no preciso momento em que Portugal “se esmerava por libertar todos os povos sujeitos à coroa portuguesa, e por lhes restituir os seus direitos.”³⁰ Como se não chegasse este deslocado juízo de valor, próprio de uma história-tribunal marcadamente parcial – que não encontramos em qualquer historiador monárquico – topamos em Arriaga uma dimensão étnica que na verdade historicamente existiu, mas que o autor expõe em termos racialistas: nas perseguições movidas contra os Portugueses, no contexto da independência brasileira, os defensores da separação eram “os mulatos e pretos, armados pela Grã-Bretanha.”³¹

Bem diverso é o olhar de Oliveira Martins que, em diversos trabalhos, fornece elementos valiosos para a compreensão da emigração portuguesa e, em termos mais gerais, das relações entre Portugal e Brasil. O seu interesse por estas problemáticas remonta a 1875. Os grandes temas da actualidade brasileira que então o motivam, na *Revista Ocidental*,³² são: em primeiro lugar, o contencioso luso-brasileiro motivado pelas restrições à liberdade de trabalho na província do Pará – o governo desta província tinha suspenso o subsídio à Companhia de Navegação do Amazonas atendendo ao facto de esta empregar sobretudo Portugueses; também as medidas no sentido da nacionalização do comércio de retalho nas províncias do Norte (Pernambuco, Pará, Sergipe) merecem uma referência crítica por parte do autor. Estava em causa o princípio da liberdade de trabalho, sustentado, aliás, pelo governo central do Rio de Janeiro. Como vimos, a concorrência dos Portugueses no mercado de trabalho brasileiro suscitava, há muito, reacções negativas em sectores da sociedade brasileira.

Mais tarde, logo após a implantação da República no Brasil (1889), Martins não se coibiria de denunciar, em termos algo agrestes, “a guerra mortal de inveja ao emigrante português” que, a seu ver, se dissimulava

sob a intenção que o republicanismo jacobino tinha de nacionalizar o comércio a retalho.³³

Outro problema que ocupa largamente Oliveira Martins nas páginas da *Revista Ocidental* é o das complexas relações entre o Estado e a Igreja (que, de resto, já suscitava controvérsia em Portugal), com destaque para o conflito aberto entre dignitários do clero brasileiro do Nordeste e o Estado. O autor critica a intenção por parte do clero do Pará no sentido de organizar um partido para influenciar a política nacional e demarca-se do ultramontanismo. Mas não deixa de exprimir admiração pelas qualidades de carácter que os membros da Igreja revelaram na resistência que opuseram aos políticos. Distancia-se também das intromissões do governo no domínio espiritual.

A dependência económica e sobretudo financeira de Portugal em relação ao Brasil é outra matéria que ocupa o cronista. Na Primavera de 1875 especulava-se na imprensa acerca das consequências nocivas das falências de diversos bancos brasileiros (Nacional, Mauá, Alemão-Brasileiro). Mas Martins relativizava o problema. A seu ver, os riscos antes se encontravam no câmbio e nas dificuldades que se pudessem levantar à transferência de capitais adquiridos no Brasil para Portugal.³⁴ Na verdade, Oliveira Martins estava bem consciente de que as perturbações políticas no Brasil – essas sim – teriam consequências em Portugal: ao influírem sobre o câmbio da moeda, poderiam afectar gravemente a exportação de capitais para Portugal, como sucedera quando da guerra com o Paraguai ou viria a acontecer na sequência da instauração da república no Brasil, em 1890-92.

No início do decénio de 1880, já em tempos difíceis para as colónias portuguesas em África, Oliveira Martins consagra-se a repensar historicamente o império português, as suas limitações e possibilidades presentes e futuras. Uma das suas ideias centrais era a de racionalizar e concentrar esforços na colonização de Angola e nos arquipélagos atlânticos, em detrimento das colónias orientais (incluindo Moçambique).

Compreende-se que, no seu projecto de uma Biblioteca das Ciências Sociais, o historiador fosse levado a dedicar um volume ao *Brasil e às colónias portuguesas*: era uma dimensão da presença de Portugal no mundo sem a qual não se podia, de todo em todo, compreender o destino histórico da nação. Especial atenção dedicava ao Brasil (cerca de 61,5% por cento do total de páginas da obra). Aí expunha as linhas de força da colonização portuguesa desde o século XVI. Salientava as consequências da pesquisa das minas de ouro na penetração dos exploradores no *hinterland* e a relevância da sua descoberta na definição

da supremacia da população de São Paulo sobre as províncias do Norte e na própria independência do Brasil: a seu ver, o espírito aventureiro dos paulistas foi a primeira alma da nação brasileira.³⁵ Uma das teses centrais que Martins adopta nesta obra é a de que nos finais do século XVIII, antes da fixação da corte portuguesa no Rio de Janeiro, em 1808, já o Brasil constituía uma nação, quer do ponto de vista geográfico e étnico, quer do ponto de vista social e económico. Assim o historiador desvalorizava o factor dinástico na construção da unidade nacional brasileira – essa unidade era anterior ao facto de o Rio se ter tornado a capital do Império. Note-se que esta tese não era comum no seu tempo. Pode até dizer-se que é relativamente rara na historiografia brasileira dos dois últimos séculos. Na verdade, valoriza-se habitualmente a data da fixação da corte portuguesa no Rio como um dos marcos mais significativos no processo independentista e na transição do Brasil colonial para o Brasil contemporâneo.³⁶

Destacava os diversos elementos étnicos que contribuíram para a construção da sociedade brasileira: indígenas, negros, europeus. Mas, no quadro do darwinismo social que perfilhava, valorizava sobretudo o contributo destes últimos e, em particular, dos Portugueses. Para além do seu papel de descobridores de mares e territórios desconhecidos, estes foram os primeiros a lançar as bases de novas sociedades europeias. Tal qualidade do génio nacional teria ficado demonstrada precisamente no Brasil.³⁷

Se é indiscutível que a teoria rácica que Martins subscreve, admitindo a existência de raças superiores e de raças inferiores, o leva a apreciações muito negativas acerca dos índios ou dos negros, não deve esquecer-se o sentido crítico e o realismo com que descreve a acção dos europeus.³⁸ Nem, tão-pouco, que considera a proibição do tráfico de escravos e a abolição da escravatura medidas da maior relevância para a formação da nação brasileira. Mas também este seu ponto de vista se prende com a ideia de que apenas uma população homogénea poderia constituir a base de uma nação. Daí o seu repúdio da possibilidade de importação de mão de obra chinesa para o Brasil, como alternativa à mão de obra negra. A mestiçagem constituía, a seu ver, um factor negativo de corrupção das virtualidades do carácter nacional.³⁹ Em contrapartida, via positivamente o aumento da imigração latina de portugueses, galegos, italianos e espanhóis, tendo em conta que, ao invés dos alemães e anglo-saxónicos, os latinos se aclimatavam sob os trópicos. Retomava assim a posição que já notámos em Herculano e que constituirá um dos tópicos centrais do lusotropicalismo de Gilberto Freyre.⁴⁰ E chega ao ponto de definir como ideal de futuro para a nação brasileira o de “uma nação europeia e não mestiça,” “neo-latina, neo-ibérica, neo-portuguesa.”⁴¹ Visão unilateral

que, subliminarmente, considerava sobretudo os interesses portugueses? Decerto. Mas deve lembrar-se que se viviam tempos de afirmação dos nacionalismos expansionistas agressivos – o pangermanismo e o paneslavismo. Trata-se, obviamente, de uma concepção darwinista e etnocêntrica. A escassa população brasileira de então (cerca de 10 milhões em 1872 e 14 milhões em 1889) deveria impor limites à assimilação de elementos estranhos: não convinha exagerar-se na aceitação ilimitada de imigrantes de proveniências tão heterogêneas que tornasse difícil a sua integração. Isto muito embora reconhecesse a existência, de longa data, de uma consciência nacional entre os brasileiros.

Poder-se-ia pensar que o Brasil e a sua história constituem no pensamento de Oliveira Martins apenas um meio de compreensão dos problemas portugueses e uma expressão do génio nacional. Não nos parece. Para além disso, o Brasil interessa-lhe em si mesmo, na sua especificidade, como modelo de colónia-fazenda e, posteriormente, como grande nação que, de algum modo, pertencendo ainda à “família portuguesa,” tem o seu destino próprio. É isso que atesta a sua colaboração na imprensa periódica, portuguesa e brasileira, de 1885 em diante, relativa ao problemas brasileiros.

A abolição da escravatura, as relações com a Argentina e o Paraguai, a figura do imperador D. Pedro II, os riscos da instauração da República (1889) e do federalismo – para além, é claro, da questão da emigração, das suas raízes e conseqüências para Portugal – são alguns dos temas que o motivam. Oliveira Martins nutria grande admiração pelo Imperador D. Pedro II e perfilhava uma posição muito crítica em relação ao republicanismo federal.

A instauração da República leva-o a manifestar-se de um modo inequívoco acerca dos riscos de fragmentação da nação brasileira em três unidades: uma na bacia do Amazonas, outra no centro, hegemônica por São Paulo e outra no Sul, eventualmente fundida com o Uruguai. Para isso apontaria a adopção de uma forma federal. A mesma ideia alimentavam os seus amigos Eduardo Prado e Eça de Queirós.⁴² O historiador não hesitava em qualificar de “tolice”, “loucura” e “erro funesto” a viragem política no Brasil, tanto mais que, em seu entender, se tratava de um Estado unitário e todos os exemplos daquele tipo haviam fracassado. Invocava como exemplo o fracasso da I República espanhola, que conhecera de perto (mas poderia a Espanha considerar-se um “país unitário”?).

Outra preocupação de Oliveira Martins é, sem dúvida, a progressiva perda de preponderância do elemento português na imigração para o Brasil, nos decênios de 1870 e 1880, e a capacidade da sociedade brasi-

leira em assimilar uma tão numerosa massa humana. O futuro viria desmentir os seus receios. Mas é preciso não esquecer que, em 1889, não podia antever o destino da grande nação brasileira e o modo, em geral harmonioso, como se processaria a integração social das suas múltiplas componentes étnicas.

Em contraste com a apreciação muito negativa da República, sublinhava a função histórica do Império na manutenção da paz, nas vitórias sobre Montevideu e o Paraguai, na estruturação das forças armadas, na construção de estradas e caminhos de ferro, na protecção da agricultura indígena, na abolição da escravatura, enfim, na manutenção da unidade nacional.⁴³

Enaltecia extraordinariamente a figura do Imperador – esse “príncipe tão patriota como sábio,” a quem chama o Marco Aurélio do Brasil – num expressivo e idealizado retrato que contrasta com as múltiplas apreciações críticas e satíricas de que D. Pedro II fora alvo em Portugal, quando visitara a Europa (entre as quais se contam as do jovem Eça de Queirós e de Rafael Bordalo Pinheiro)⁴⁴ E não pode deixar de destoar com o retrato muito crítico que o próprio Oliveira Martins traçou do primeiro imperador do Brasil.⁴⁵

Outra consequência da implantação da República seria, a seu ver, uma crise financeira com efeitos muito negativos em Portugal. E nisto não se enganava: a crise fez descer abruptamente o câmbio da moeda brasileira e levaria, a curto prazo (1890-91), as finanças públicas portuguesas à beira da bancarrota.

A liberdade com que Oliveira Martins se pronuncia sobre a política interna do Brasil não é comandada por uma estreita visão dos interesses portugueses (embora estes estejam sempre presentes nas suas crónicas e seja indesmentível o seu orgulho pela construção de uma sociedade “neo-portuguesa” na América do Sul). No seu estatuto de estrangeiro, que assume explicitamente, Martins critica livremente a política brasileira, diz o que tem a dizer sem quaisquer peias. E se é inegável que fala do Brasil com essa liberdade de quem considerava a grande nação, de algum modo, pertencente à família portuguesa, as repetidas alusões, explícitas ou implícitas, ao mais que óbvio direito de o Brasil escolher o seu destino, evidenciam alguma cautela em relação a possíveis ecos negativos das suas palavras além-Atlântico.

Há em Oliveira Martins um olhar ambivalente sobre a sociedade brasileira. Por um lado, o reconhecimento de profundos laços históricos, culturais, étnicos e afectivos entre o Brasil e Portugal, que o levaram um dia a confessar: “Ao Brasil queremos (...) como se ainda fosse uma parte da pátria portuguesa.” Por outro, a recusa terminante de qualquer

possível influência política ou constitucional vinda da grande nação sul-americana, sobre Portugal.⁴⁶ É certo que esta sua posição se afirma no contexto de uma reacção imediata e não distanciada em relação à implantação da República (nascida sob o signo do positivismo), que via muito negativamente.

Outro problema está implícito na leitura crítica que tece ao modo como os emigrantes portugueses eram recebidos nas províncias do Norte e a denúncia das condições precárias que, não raro, os esperavam no Brasil; ou na apologia de uma política de esclarecimento desses emigrantes em relação a tais condições – a protecção social; e ainda, na visão negativa (agora alargada às sociedades americanas em geral) do utilitarismo, espírito de especulação, corrupção e ausência de conhecimentos científicos, que lhe pareciam imperar aqui e ali na nova nação.⁴⁷ Mas não poderia o autor destas palavras aplicá-las igualmente à sociedade portuguesa oitocentista? Releiam-se as derradeiras páginas da *História de Portugal*: o seu fino sentido crítico tanto se aplicava à sociedade brasileira como à portuguesa.

Sem nunca ter estado na América do Sul, Oliveira Martins foi, sem dúvida, o historiador português do século XIX que mais contribuiu para aprofundar o conhecimento do Brasil e das suas relações com Portugal. As suas obras – especialmente a *História de Portugal* e *O Brasil e as colónias portuguesas* – constituíram referências de primeiro plano para os críticos da colonização portuguesa no Brasil. Deixaria profundas marcas na historiografia brasileira, de Eduardo Prado e Manoel Bomfim a Euclides da Cunha, Paulo Prado e outros autores do século XX.⁴⁸ Compreende-se que assim seja: não foi Martins o historiador português do século XIX que mais longe levou a crítica da expansão ultramarina e a escalpelização do lado negro da presença portuguesa nos outros continentes?

O olhar das elites portuguesas do século passado oscila entre um olhar paternalista sobre o Brasil e o olhar fraternal. Mas também, como vimos, entre o olhar muito crítico de Garrett sobre a colonização portuguesa e a leitura reflexiva, realista (mas necessariamente europeísta) de Herculano e Oliveira Martins.

Em meados do século XIX, após um período prolongado de recessão, o comércio entre o Brasil e Portugal voltou a desenvolver-se.⁴⁹ Entretanto, na sequência da abolição do tráfico de escravos (1850), aumentava a emigração portuguesa para aquele país e as relações políticas e culturais entre a antiga metrópole e a antiga colónia retomavam em novos termos, malgrado os conflitos a que nos referimos, que remontavam aos primeiros anos da independência política do Brasil. A existência de uma vasta

comunidade portuguesa na grande nação sul-americana e os contactos estreitos que mantinha com Portugal, sobretudo ao nível de uma elite cultural e política, contribuíram decisivamente para alimentar os laços entre as duas margens do Atlântico.⁵⁰ Conflitos, latentes ou manifestos, entre Portugueses e Brasileiros – chegando ao ponto do corte de relações diplomáticas de 1893-95 – ao longo de Oitocentos, sempre existiram. Mas não menos verdadeira será a profunda relação histórica, cultural, humana e afectiva entre os dois povos separados pelo oceano.

Notas

¹ Sampaio Bruno, *O Brasil mental*, Lisboa, 1997, p.20. Afirmava Bruno, com alguma ironia, distanciando-se da falsa retórica política na relação Portugal/Brasil: “A designação de nossos irmãos, dada aos brasileiros pelos portugueses, ou, vice-versa, aos portugueses pelos brasileiros - não está bem. É hipócrita, como afectividade. E como realidade, é falsa. Nossos primos é que, reciprocamente, aparece bem. Irmão?, nunca. Manos, na acepção de cunhados. Cunhados e primos, é o que somos, uns para os outros. Não há um só português que não tenha um primo brasileiro. Imensas brasileiras são as que têm cunhadas portuguesas.” (*Idem*, pp.91-92).

² Eduardo Lourenço, *A Nau de Ícaro seguido de imagem e miragem da lusofonia*, Lisboa, 1999, p.135 e p.158.

³ Cf., por exemplo, *Comércio do Porto*, 8-V-1900.

⁴ Gladys Sabina Ribeiro, “‘Pés-de-chumbo e ‘garrafeiros’: conflitos e tensões nas ruas do Rio de Janeiro no primeiro reinado (1822-1831)”, *Política & Cultura*, 23/24, Set 1991/Ago, 1992, pp.162-165. Sobre os conflitos entre Portugueses e Brasileiros veja-se também Iara Lis C. de Souza, *Pátria coroadada. O Brasil como corpo político autónomo 1780-1831*, São Paulo, 1998, pp.154-169.

⁵ João António de Carvalho e Oliveira, *A defesa dos Portugueses*, Maranhão, 1851, p.57.

⁶ Um periódico de Pernambuco - *Progresso, Revista social, literária e científica* – dá conta que os descatos foram premeditados pelo partido praieiro (antilusitanista) e previamente organizados numa reunião da Sociedade Imperial. Para os incitamentos à violência teria contribuído um outro jornal, *A Voz do Brasil*, afecto àquele partido. Cf. João António de Carvalho e Oliveira, *Op.cit.*, pp.57-58.

⁷ Cit. in *A utilidade dos Portugueses no Brasil por um brasileiro*, Rio de Jan., 1857, p.49.

⁸ João António de Carvalho e Oliveira, *Op.cit.*, p.59.

⁹ *Ibid.*, pp.3-7. “Os Portugueses que habitam o Brasil (...) não são os nobres, os magistrados, os militares, os sábios, os artistas são sim com raríssimas e honrosas excepções o refugio, as fezes, tudo quanto de ínfimo encerra em si o povo português. São trabalhadores, e só nisto são úteis ao nosso país. São ignorantes e trazem consigo todos os elementos de oposição às ideias de progresso e de liberdade. São cobiçosos e desenvolvem brevemente nos seus negócios a mais torpe imoralidade, a mais insigne má fé. São brancos e não tardam a patentear uma sobrançeria arrogante a respeito do nosso povo, que é geralmente de outra cor.” (*Apud, Ibid.*).

- ¹⁰ “Ladrões, assassinos, porcos, estúpidos, marinheiros, puças, breados, pés de chumbo, lambudos, inimigos dos brasileiros, fezes, refugo, intrigantes” (João Antônio de Carvalho e Oliveira, *Op.cit.*, p.47). Outra designação muito comum para os portugueses era a de galegos. Puça: homem mesquinho, desprezível, mal cheiroso; pé de chumbo: indolente, preguiçoso, mas também ignorante e estúpido.
- ¹¹ Em finais de Julho desse ano chegou a haver assaltos a lojas de comerciantes portugueses. Vd., a este respeito, João Medina, *Eça de Queiroz antibrasileiro?*, São Paulo, 2000. A Guerra dos Chouriços teve a ver com a exportação de chouriços portugueses adulterados para o Brasil - o que suscitou veemente reacção por parte do Ministro brasileiro em Lisboa e o acirrar do conflito. Veja-se Nelson H. Vieira, *Brasil e Portugal a imagem recíproca (o mito e a realidade na expressão literária)*, Lisboa, 1991, p.75.
- ¹² Cf. D.A.Gomes Percheiro, *Questões de Pará*, Lisboa, 1875, pp.58 e ss (obra a consultar com precaução, tendo em conta o preconceito racialista do seu autor em relação ao povo brasileiro) e Augusto de Carvalho, *O Brasil. Colonização e emigração*, 2ª ed., Porto, 1876, pp.298 e ss. Augusto de Carvalho era brasileiro. Esta sua obra é bem mais profunda e equilibrada, nos termos em que coloca as relações entre os dois povos.
- ¹³ Ilmar R. Mattos, *O tempo Saquarema*, São Paulo, 1987, pp.75-76. Vejam-se ainda, os trabalhos de Afonso Carlos Marques dos Santos, Maria Oldília Dias e Gladys Ribeiro.
- ¹⁴ *História do Brasil: desde o período da chegada da família de Bragança, em 1808, até à abdicação de D. Pedro I...*, Belo Horizonte/São Paulo, 1981 (1ª ed. bras. 1837). Vd. Gladys Sabina Ribeiro, “Os Portugueses na formação da nação brasileira - o debate historiográfico desde 1836”, *Ler História*, 38, 2000, p.119.
- ¹⁵ Tobias Monteiro, *História do Império: a elaboração da independência*, Belo Horizonte/São Paulo, 1981; Gladys Sabina Ribeiro, art.cit., p.131.
- ¹⁶ Livia Holanda Barbosa e Irene Medeiros-Portela, “O colonizador do Brasil: imagens de Portugal e dos Portugueses nos livros didáticos de História do Brasil”, *Forum Educação*, 11, Out./Dez. 1987, pp.23 e ss.
- ¹⁷ Registe-se, todavia, a informada panorâmica de Nelson H. Vieira sobre as literaturas dos dois países incidindo na problemática que aqui tratamos, na obra atrás citada (vd. nota 11).
- ¹⁸ Almeida Garrett *Portugal na balança da Europa*, Lisboa, s.d., pp.37-39.
- ¹⁹ Nelson Vieira, *Op.cit.*, pp.79-81.
- ²⁰ Alexandre Herculano “O Brasil”, in Cândido Beirante e Jorge Custódio, Alexandre Herculano. *Um homem e uma ideologia na construção de Portugal*, Amadora, 1978, pp.173-174.
- ²¹ “Futuro literário de Portugal e do Brasil”, *Opúsculos V*, Lisboa, s.d., p.199.
- ²² Note-se, contudo, que, mais tarde, o historiador valorizará as qualidades de trabalho dos emigrantes portugueses nas diversas actividades económicas que desenvolviam no Brasil, à custa de muito sacrifício, com vista a um regresso a Portugal (cf. “A emigração”, *Opúsculos II*, p.69).
- ²³ “A emigração para o Brasil” (texto de 1838), *Opúsculos II*, Lisboa, s.d., pp.130-131.
- ²⁴ Relatório da lei de 30 de Jun. de 1832 (abolição dos dízimos), in M. Halpern Pereira, *Revolução, finanças, dependência externa*, Lisboa, 1979, p.202.
- ²⁵ Valentim Alexandre, “O nacionalismo vintista e a questão brasileira...”, *O liberalismo na Península Ibérica*, vol. I, Lisboa, 1982, pp.295-296. Significativo também é o facto de, em 1821, a imprensa periódica liberal considerar, em geral, que o Brasil não tinha capacidade para se tornar independente (Id., *Os sentidos do Império*, Porto, 1993, p.601.).
- ²⁶ A utilidade dos Portugueses, p.3.
- ²⁷ José de Arriaga, *História da Revolução Portuguesa de 1820*, vol. 3, Lisboa, 1888, p.650 e p.669

- ²⁸ Id., *Idem*, pp.660-661.
- ²⁹ José de Arriaga chega mesmo a aconselhar os brasileiros do seu tempo a repelirem de si “toda essa página negra da sua história, porque não foram eles os autores dela, mas, sim, os déspotas e ambiciosos, que os quiseram afastar da liberdade portuguesa, e escravizá-los de novo, como de facto os escravizaram” (*Id., Idem*, vol. IV, pp.75-76).
- ³⁰ Id., *Idem*, vol. IV, 1889, p.87
- ³¹ Id., *Idem*, p.75.
- ³² Trata-se de onze crónicas redigidas de 15 de Fevereiro a 15 de Julho de 1875 e assinadas P. de Oliveira.
- ³³ J.P. de Oliveira Martins “A República no Brasil”, *Política e história*, vol. II, Lisboa, 1957, p.244.
- ³⁴ J.P. de Oliveira Martins, “Portugal e Brasil”, *Revista Ocidental*, t. II, pp.239-240 (texto escrito a 29-V-1875). Um mês depois, já Martins constatava que a crise financeira no Brasil não progredira e não passara de uma “séria advertência ao espírito infrene da especulação” (*Id., Idem*, t. II, p.489).
- ³⁵ J.P. de Oliveira Martins, *O Brasil e as colónias portuguesas*, 5ª ed., Lisboa, 1920, pp.84-85 e pp.19 e 75-77.
- ³⁶ Gladys Sabina Ribeiro, “Os Portugueses na formação da nação brasileira...”, p. 121.
- ³⁷ Esta tese do pioneirismo dos Portugueses seria retomada e desenvolvida por Gilberto Freyre. Vd. *Casa Grande e Senzala*, Lisboa, s.d.
- ³⁸ “Os europeus levam consigo a semente da destruição, e por toda a parte onde vão, além da pólvora com que matam voluntariamente, além do álcool com que, sem pensamento reservado só por ganho, envenenam os indígenas, deixam um rasto de influência mortífera. As moléstias para nós mais inocentes, como o sarampo, produziram devastações horríveis” (*O Brasil e as colónias portuguesas*, p.144).
- ³⁹ *Idem*, pp.146-154.
- ⁴⁰ *Idem*, p.161.
- ⁴¹ *Idem*, p.176.
- ⁴² Frederico de S. [Eduardo Prado], “Os acontecimentos do Brasil”, *Revista de Portugal*, vol. I, nº 6, Dez. de 1889, pp.774-775; João Gomes [Eça de Queiroz], “Notas do mês”, *Idem*, p.782.
- ⁴³ J. P. de Oliveira Martins, “A República no Brasil”, *Política e história*, vol. II, pp.241-242.
- ⁴⁴ Id., “D. Pedro, o Marco Aurélio do Brasil”, *O Repórter*, vol. II, Lisboa, 1957, pp.27-29. Veja-se João Medina, *Op.cit.* pp.35-44.
- ⁴⁵ Cf. J. P. de Oliveira Martins, *Portugal contemporâneo*, 7ª ed., vol. I, Lisboa, 1953, pp.43-47.
- ⁴⁶ Id., *Idem*, p.245.
- ⁴⁷ Id., “Portugal e Brasil”, *Revista Ocidental*, vol. II, p.627.
- ⁴⁸ Veja-se Paulo Franchetti, “Oliveira Martins e o Brasil”, *Voz Lusíada. Revista da Academia Lusíada de Ciências, Letras e Artes*, São Paulo, nº10, 1998, 1º sem., pp55-74.
- ⁴⁹ Veja-se Jorge Pedreira, “Sobre os escombros de um império: entre o Brasil e África”, *História da expansão portuguesa* (dir. de F. Bethencourt e K. Chauduri), vol. IV, Lisboa, 1998, p.243 e Id., “O fim do império luso-brasileiro”, *Idem*, pp.215-227.
- ⁵⁰ Numerosos órgãos de imprensa periódica portuguesa concederam lugar de destaque à realidade brasileira e alguns deles voltaram-se mesmo para o mercado brasileiro - por exemplo, o *Arquivo Pitoresco* (1857-68) e *O Ocidente* (1878-1915).